

GRAMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL II: COMPREENSÃO OU MEMORIZAÇÃO?

Ingrid de Jesus Leite Gomes

RESUMO

O objetivo deste artigo é verificar as abordagens utilizadas no ensino de gramática, tanto da língua materna, quanto de uma língua estrangeira. Investigar como funciona, ainda hoje, este ensino e aprendizagem nas escolas da rede pública e privada. Em seguida, propor algumas sugestões de como se deve ensinar gramática. Mostrar, através de resultados concretos, a eficácia de inovar com aulas interativas, produtivas e contextualizadas, partindo dos conhecimentos prévios que os alunos possuem, porque em geral, o que se ensina são paradigmas e classificações que pouco colaboram para que o aluno se torne um usuário competente da língua, ou seja, um usuário capaz de produzir e compreender textos eficientemente, considerando a interação e as situações reais de comunicação. Nesse sentido, críticas têm surgido ao ensino formalista de línguas, que enfatizam o estudo da gramática sem preocupação com as questões de texto e discurso, uma vez que essas críticas partem tanto de educadores e linguistas, quanto de documentos oficiais da educação, tal, como, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's). O que se defende aqui é uma gramática escolar que leve o aluno a refletir sobre o uso efetivo da língua. E para que isso ocorra é imprescindível responder as três questões intrigantes: o que, para que, e como. Entender a importância de repensar a prática docente, abordagens, e métodos utilizados durante a execução das aulas.

INTRODUÇÃO

Em estudos realizados em teorias discursivas sobre o ensino de gramática, há três concepções de gramática. A primeira concepção é intitulada gramática normativa que, segundo Travaglia (2006, p.24), é um sistema que estabelece regras e prescreve normas que devem ser seguidas por quem deseja falar e escrever bem. Se preocupa apenas com os fatos que estão ligados a norma padrão, que, por sua vez, prioriza mais a parte escrita da língua, do que a variedade oral, logo, do ponto de vista da norma culta, as demais variedades dialetais não se encaixam no seu padrão.

A segunda concepção de gramática denomina-se de gramática descritiva. Conforme o próprio nome já diz, o seu principal papel é descrever a forma e o funcionamento da língua. A abordagem da gramática descritiva, conforme Travaglia (2006, p.32), ao contrário do que diz a abordagem da

gramática normativa, tem como função descrever e registrar as variedades da língua, em um dado momento de sua existência, estudando os seus mecanismos, construindo hipóteses que expliquem seu funcionamento.

A terceira concepção de gramática é vista como gramática internalizada, isso por ser considerada como um conjunto de regras e variedades, que o usuário da mesma internaliza ou adquire no meio em que se encontra, por isso cabe ao usuário fazer, ou deixar de fazer o uso dessas regras. Para Travaglia (2006, p. 29) “não há erro linguístico nessa concepção de gramática, mas sim o uso inapropriado nas situações comunicativas por não atender as normas sociais de uso da língua”.

Partindo do pressuposto de como tem sido o ensino de gramática nas escolas de ensino fundamental e médio o que se percebe é que

O ensino de gramática nas escolas tem sido primordialmente prescritivo, apegando-se a regras de caráter normativo que são estabelecidas de acordo com a tradição literária clássica, da qual é tirada a maioria dos exemplos. Tais regras e exemplos são repetidos como formas “corretas” e boas a serem imitadas na expressão do pensamento. (TRAVAGLIA, 2006, p.101).

De acordo com Antunes (2003, p.87) a maior preocupação do ensino descritivo da gramática é citar regras que formam frases e fazer com que o aluno venha reconhecer o nome de cada elemento que a constrói, e não de fazer o aluno perceber o verdadeiro sentido que determinado elemento exerce nessa frase e as inúmeras possibilidades que o mesmo, possa exercer em um texto, ou seja, não analisa os efeitos que esses elementos provocam tanto em textos orais quanto em textos escritos.

Antunes (2003) ainda reforça que a questão maior não é ensinar ou deixar de ensinar a gramática, mas sim discernir o que se objetiva ensinar, uma vez que “a gramática existe não em função de si mesma, mas em função do que as pessoas escrevem nas práticas sociais da língua” (ANTUNES, 2003, p.88 -89).

Conforme os PCNs, (1999, p.140) o texto é único como enunciado, mas múltiplo enquanto possibilidade aberta de atribuição de significados, devendo ser, portanto, objeto também único de análise/síntese. Sendo assim, o ensino de gramática não deve ser trabalhado isoladamente, uma vez que um texto abre várias possibilidades de estar explorando as nomenclaturas gramaticais e os significados que elas representam. Porém, a maior parte dos professores se mostram passivos com o ensino de gramática de forma desvinculada da contextualização, isso devido alguns professores ficarem presos sobre as restrições dos conteúdos didáticos, oferecidos pela própria escola.

Segundo Irandé Antunes (2003, p.155) um dos problemas causados pelo ensino é que muitos professores ainda veem a avaliação com uma finalidade única, em que a aula é dada para preparar os alunos para irem bem durante a prova. O que acaba acarretando muitos prejuízos, porque o material didático passa ser visto como suporte único e indispensável no processo de ensino.

Ao longo do projeto, para aplicar a teoria à realidade da prática, o planejamento contemplará os seguintes procedimentos: fazer entrevistas inicialmente com professores os quais responderão a um questionário contendo questões relacionadas com a sua prática de ensino, abordagens e métodos utilizados durante a realização das aulas.

Posteriormente questionar os alunos sobre como tem sido, como funciona o ensino de gramática na escola e qual a finalidade deste aprendizado para eles. Se os professores dão ênfase às regras gramaticais ou se priorizam a compreensão textual para só após explorar a gramática dentro do texto de forma contextualizada e, como acreditam que deveria ser o ensino de gramática para que a língua pudesse ser compreendida com eficácia.

Em seguida, as respostas obtidas seriam comparadas, com o intuito de analisar a abordagem utilizada pelo professor e verificar como os alunos se adaptam com essa realidade. Com base nos resultados realizados acerca do ensino-aprendizagem, propor novas formas de apresentar os conteúdos gramaticais, tornando as aulas mais lúdicas, interativas e, principalmente, significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da gramática nas escolas vem sendo cada vez mais preocupante. Observa-se frequentemente que os alunos apresentam muitas dificuldades em relação a sua aprendizagem. Tendo em vista uma educação com baixo índice de qualidade nos resultados das avaliações.

O ensino exige reflexão constante sobre a prática. Quando há essa reflexão com constância, se pode alcançar um aprimoramento da forma de trabalhar, que seja relevante para a formação dos alunos, como cidadãos conscientes e preparados para a vida fora do ambiente escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, F.; VIEIRA, R.; **Ensino de Gramática: descrição e uso**. 1 ed, São Paulo: Editora Contexto, 2009.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacional: Ensino Fundamental e Médio**, 1999.

FRANCHI; C. **Gramática e Criatividade**. São Paulo: SEE/ CENP, 1999.

ROJO, R. **Os PCN's: as práticas de linguagem e a formação de professores**. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

TRAVAGLIA, Carlos Luiz. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.